



Trabalho 162

POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: REFLEXOS NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

SILVA, P.M. (1); SILVA, K.L. (2); SENA, R.R. (3); TAVARES, T.S. (4); BELGA, S.M.M.F. (5)

(1) Escola de Enfermagem da UFMG; (2) Escola de Enfermagem da UFMG; (3) Escola de Enfermagem da UFMG; (4) Escola de Enfermagem da UFMG; (5) Escola de Enfermagem da UFMG

Apresentadora:

PALOMA MORAIS SILVA (palomamorais@ymail.com)

Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (Estudante)

Introdução: A distribuição da oferta dos cursos de enfermagem ocorreu em consonância ao desenvolvimento de políticas públicas de educação, ocorrendo maior expansão a partir da década de 1980. A implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 forneceu autonomia às instituições de ensino superior, favorecendo a criação de cursos e a privatização da educação, uma vez que assegura às universidades o direito de criar, organizar e extinguir em sua sede, cursos e programas de educação superior.¹ Além disso, foram criados programas para facilitar ocupação e permanência nas vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas proporcionadas pelo Ministério da Educação (MEC), como o fornecimento de bolsas de estudos ou financiamento, com destaque para o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI).² Em 2007 foi instituído o Reuni, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que é uma iniciativa do governo para expandir o setor público federal.³ O Reuni visa o aumento do número de vagas para o ingresso de estudantes, redução da evasão, maior mobilidade estudantil e maior interação entre as universidades e o ensino básico, profissional e tecnológico.⁵ Sabe-se que a oferta de programas de ocupação e permanência no ensino superior têm um impacto na ampliação de vagas e conseqüente número de ingressos e egressos na formação universitária. Estudos demonstram que a partir de 1996, ano de criação da LDB, houve um aumento absoluto de número de vagas no ensino superior no país. Esse aumento foi mais expressivo de 2000 a 2007,¹ sendo que, em parte, pode ser atribuído aos diferentes programas de acesso. Na Enfermagem, não foram encontrados estudos que revelem essa realidade, embora se sabe que a expansão dos cursos de graduação no país respondem a diferentes induções. Objetivo: Analisar as relações entre as políticas públicas de educação e a expansão dos cursos de enfermagem. Descrição metodológica: Trata-se de um estudo descritivo e transversal, de abordagem quanti-qualitativa. A coleta de dados correu por meio de levantamento no banco de dados E-mec, do Ministério da Educação; questionários enviados aos coordenadores/diretores dos 126 cursos existentes no Estado de Minas Gerais dos quais 52 foram devolvidos; e grupos focais com professores e alunos de 18 cursos selecionados. Os dados obtidos nos grupos focais associados aos dados dos questionários permitiram a construção de narrativas individualizadas por Curso evidenciando consensos e dissensos no entendimento sobre a formação do enfermeiro naquele cenário no que tange à direcionalidade para as políticas de educação. Resultados: Em fevereiro de 2010, quando foi iniciada a coleta de dados primários para a pesquisa, os achados revelaram a existência de 126 cursos de enfermagem no Estado de Minas Gerais na modalidade presencial, registrado no e-Mec, sendo dez disponibilizados por instituições públicas e 116 por instituições privadas. A análise dos dados permitiu evidenciar que a partir do ano 2000 há uma expansão da oferta de cursos de enfermagem com a criação de aproximadamente 12 cursos por ano entre os anos de 2000 e 2007. A partir do ano de 2007, há uma tendência à estabilização do crescimento com sinais de declínio a partir do ano de 2009. A análise comparativa dos dados das respostas ao questionário e os totais do Censo da Educação Superior do INEP, demonstraram houve crescimento acentuado do número de ingressos a partir de 2001 e queda a partir de 2007, e crescimento do número de egressos, especialmente a partir de 2005. O aumento do número de instituições de ensino superior no país aconteceu atrelado à promulgação da LDB. Esse aumento se deu em especial no setor privado, atendendo à lógica mercadológica, associada a uma frágil regulação da educação superior no País¹ e à orientação neoliberal da LDB. A tendência de diminuição do número de egressos a partir de 2007 em parte, pode ser explicado pela evasão nos cursos de enfermagem atribuída ao fato da expansão ter acontecido nas instituições privadas, ao perfil



30 DE AGOSTO A 01 DE SETEMBRO DE 2012
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - UNAMA - CAMPUS BR
BELÉM (PA)

13º SENADEN
SEMINÁRIO NACIONAL DE DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM



Trabalho 162

dos alunos que buscam o curso, em sua maioria provenientes de classes média e baixa.⁵ Verificou-se que dois cursos de natureza pública foram criados no Estado, a partir do ano de 2008 em resposta ao REUNI. Contudo esse aumento é muito pouco expressivo quando comparado com o 'boom' dos cursos e vagas nas IES privadas. Destaca-se que 76,9% das instituições responderam que adotam subsídio para o ensino superior por meio do Programa Universidade para todos (PROUNI). Nos grupos focais evidenciou-se que em algumas instituições, os professores relacionam a expansão dos cursos com políticas de educação para aumento da formação em cursos superiores, o que reflete na maior facilidade de acesso. Evidenciou-se, ainda, que há mudanças no perfil dos alunos ingressantes nas escolas de enfermagem. Esse novo perfil é composto por alunos que já estão inseridos no mercado de trabalho, na área de saúde ou não. A expansão do acesso ao ensino superior, principalmente no sistema privado de ensino, propiciou uma tendência dos cursos de graduação em enfermagem terem estudantes que necessitam trabalhar ou receber financiamento para se sustentar no seu processo de formação.⁵ Conclusão: Conclui-se que há relações entre as políticas de educação e a expansão do ensino superior em enfermagem. Entretanto, é importante destacar que as políticas de educação não se restrinjam a expandir o número de vagas dos cursos e as oportunidades de acesso, com inclusão social de sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, é fundamental garantir meios de permanência sustentável, por meio de condições adequadas para esses sujeitos realizarem seus estudos com boa qualidade. Contribuições para Enfermagem: O estudo contribui com reflexões a respeito da formação do enfermeiro no Brasil e a discussão sobre a necessidade de regulação e estabelecimento de parâmetros de qualidade que, para além da ampliação quantitativa de vagas que a haja de forma similar a qualificação do cuidado e investimentos em profissionais que intervenham propositivamente nos modelos de atenção à saúde. Referências 1. Silva KL, Sena RR, Tavares TS, Martins ACS. Oferta dos cursos de graduação em enfermagem no estado de minas gerais. Texto contexto - enferm. 2011, vol.20, pp. 124-130 . 2. Neves CEB, Raizer L, Fachinetto RF. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. Sociologias.; v. 9, n.17, p:124-157, 2007. 3. Sobrinho J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. Educ. Soc., 2010, Campinas, v. 31, n. 113, p: 1223-1245. 4. Severino AJ. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. Educ. rev. 2008, n.31, pp. 73-89. 5. Brito AMR, Brito MJM, Silva PAB. Perfil sociodemográfico de discentes de enfermagem de instituições de ensino superior de Belo Horizonte. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. 2009; v.13, n.2, p:328-333.